A inserção internacional do Brasil nos últimos quinze anos foi marcada por uma maior projeção externa do país e por uma participação mais intensa nos debates internacionais. Internamente, diversas questões que barravam o desenvolvimento nacional na década de 1980 – tais como a inflação, o endividamento externo e o baixo dinamismo – parecem ter sido resolvidas no período recente, liberando espaço na agenda para que se promova discussões sobre a posição do Brasil no mundo. Faz-se, necessário, no entanto, pensar se, em termos objetivos e concretos, houve alteração da posição do Brasil no sistema internacional entre 1995 e 2009.

A abordagem teórica por trás do esforço de pesquisa é o Realismo, que sustenta que cálculos sobre poder dominam o pensamento dos Estados e que os Estados competem por poder entre si. Essa abordagem corrobora, portanto, com a idéia de mensurar a evolução da posição relativa do Brasil, o que é feito a partir do conceito de "capacidades de poder": todo recurso material, humano e moral utilizado na condução da política externa. O poder, por sua vez, é dividido, na análise proposta, em latente – ingredientes sócio-econômicos – e efetivo – ativos militares. A análise se fez através de diversos indicadores que exprimem a evolução das capacidades de poder do Brasil entre 1995 e 2009, tanto em termos de poder latente quanto de poder efetivo.

As conclusões apontam, no entanto, que, apesar da redução de diversas vulnerabilidades, vários outros indicadores apresentaram apenas uma trajetória de recuperação em relação ao período anterior à crise da década de 1980, ou não apresentaram evolução expressiva. A posição relativa de poder do Brasil no mundo não sofreu, portanto, mudanças significativas, uma vez que, tanto em termos militares quanto econômicos, não houve evolução radical que destacasse o país e alterasse fundamentalmente suas bases de poder. Tendo isso em mente, a recente melhora na inserção internacional do Brasil não pode ser explicada, então, a partir da abordagem realista que foi adotada.